

PROCESSO	- A.I. Nº 102104.0024/99-5
RECORRENTE	- ELIENE FERREIRA MACHADO
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 6ª JF nº 1298/00
ORIGEM	- INFAZ BONOCÔ (INFAZ CALÇADA)
INTERNET	- 23.09.03

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0065-12/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE SAÍDA. Os documentos não escriturados correspondem a operações efetuadas, regularmente, sujeitas ao imposto. Efetuada a correção na apuração do imposto devido. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício da Decisão da 6ª Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado Procedente em Parte o Auto de Infração referenciado, lavrado em 18.08.99, que exigia o débito de R\$26.616,93, decorrente das seguintes infrações:

- 1. falta de recolhimento de ICMS no prazo regulamentar, relativo a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.*
- 2. falta de recolhimento de ICMS no prazo regulamentar, relativo a operações escrituradas nos livros fiscais próprios (não registrou operações realizadas quando venceu concorrência pública).*
- 3. falta de recolhimento de ICMS no prazo regulamentar, relativo a operações escrituradas nos livros fiscais próprios (não emitiu nota fiscal de retorno relativo as saídas com suspensão de imposto para a exposição em Feiras).*

O contribuinte, em sua defesa, quanto à infração 2, alegou que não participou de concorrência pública, mas, pelo seu porte, apenas de tomada de preços e convite, e, embora tenha vencido tais modalidades, não foram efetivados todos os contratos administrativos. Além disso, o autuante não verificou detalhadamente o conteúdo dos contratos, não apresentou nos autos provas da realização de tais operações, apenas cópias do Diário Oficial com Pareceres da Comissão de licitação. Por fim, reconheceu a procedência dos itens 1 e 3.

O autuante, em sua informação, anexa cópias de notas fiscais relativas a algumas operações questionadas pelo contribuinte. Além disso, diz que alguns Órgãos Públicos ainda fornecerão as demais notas fiscais solicitadas. Aduziu ainda que adotou como prova o Diário Oficial porque a empresa não apresentou a documentação solicitada e que as notas apresentadas mantêm divergência com os valores escriturados no livro próprio.

O contribuinte se pronunciou novamente afirmando que o autuante não provou a realização das operações em questão, até porque sem provas na escrita fiscal e contábil.

O autuante, por seu turno em nova manifestação, ratificou a informação prestada.

A 6ª Junta de Julgamento Fiscal deu pela Procedência Parcial do Auto de Infração.

Julgou Procedente as infrações 1 e 3, de acordo com o reconhecimento do autuado.

Quanto à infração 2, reconheceu-a apenas no que se refere às cópias das notas fiscais apresentadas pelo autuante, que não estavam escrituradas nos livros fiscais próprios. Não considerou o débito reclamado baseado apenas nas cópias das licitações vencidas, por entender que se trataria de presunção fiscal não autorizada pela legislação.

Assim, reduziu a exigência fiscal para R\$10.062,09.

Na assentada do primeiro Julgamento deste Recurso Voluntário, em 16/08/2000, esta 2ª Câmara de Julgamento Fiscal deliberou que o processo deveria ser convertido em diligência à ASTEC, para que, preposto estranho ao feito, verificasse junto aos possíveis Órgãos adquirentes das mercadorias, a existência das notas fiscais consideradas emitidas pelo autuado.

Em cumprimento a diligente, em síntese, verificou que algumas notas fiscais estavam corretamente lançadas no livro de Registro de Saídas, outras se encontravam com valores divergentes; verificou também que a autuante havia utilizado como base de cálculo para a cobrança do imposto os valores totais de cada procedimento licitatório, enquanto alguns lançamentos estavam regulares e recolhidos. E concluiu, que efetuadas as exclusões devidas, o valor do débito referente ao item 2 seria de R\$6.840,01, conforme demonstrativo.

Destacou que não encontrara outras notas fiscais nos demais órgãos pesquisados.

VOTO

Concordo inteiramente com a Decisão Recorrida, no sentido de considerar o presente Auto de Infração Procedente em Parte.

As infrações 1 e 3 foram reconhecidas pelo contribuinte em sua peça defensiva, de forma que não pairam sobre elas qualquer dúvida.

Quanto à infração 2, agiu corretamente a 6ª JJF quando reconheceu sua Procedência apenas no que se refere às cópias das notas fiscais apresentadas pelo autuante, que não estavam escrituradas nos livros fiscais próprios, pois a autuação se baseou, de resto, em cópias de Diários Oficiais, que configuraram simplesmente mera suposição de que não foram escriturados valores, repisa-se, relativos a operações que não tiveram sua existência comprovada.

A diligência corroborou o entendimento da Primeira Instância, mas concluiu que o valor da exigência com relação ao item 2 seria menor.

No presente Recurso de Ofício não cabe efetuar tal revisão, o que, no entanto, poderá ser objeto da PGE/PROFIS, no exercício do controle da legalidade.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 102104.0024/99-5, lavrado contra **ELIENE FERREIRA MACHADO**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$10.062,09**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$1.562,66 e 70% sobre R\$8.499,43, previstas no art. 42, I, “a”, e III, respectivamente, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de Setembro de 2003.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS